

**CERIMÓNIA DE ASSINATURA DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO  
ENTRE O GOVERNO DOS AÇORES E O GOVERNO DA REPÚBLICA PARA  
A CERTIFICAÇÃO DA BASE AÉREA N.º4 DAS LAJES PARA UTILIZAÇÃO  
PERMANENTE PELA AVIAÇÃO CIVIL**

**Angra do Heroísmo, 27 de julho de 2016**

***Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco  
Cordeiro***

Não tem ainda três meses e, na ocasião em que o Senhor Primeiro-Ministro visitou a Região Autónoma dos Açores, tivemos a oportunidade de ter uma reunião bastante produtiva, da qual resultou como uma das conclusões a de criar as condições para que as Lajes e a sua infraestrutura aeroportuária pudesse funcionar como um polo de atração de aeronaves civis, dando, desta forma, um contributo mais efetivo para o desenvolvimento económico e para o desenvolvimento social da ilha Terceira, em concreto, e também para o desenvolvimento dos Açores.

A declaração que, na sequência dessa visita - não tem ainda 90 dias - houve oportunidade de produzir entre o Governo da República e o Governo Regional teve, no caso concreto da ilha Terceira, alguns aspetos que me parecem particularmente importantes.

Um deles foi o de, no âmbito do processo de redimensionamento das forças norte-americanas na Base das Lajes, assumir o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira como o documento orientador da ação do Governo da República nessa matéria.

Nesse plano consta, também, esta matéria em concreto, ou seja, a da criação das condições para uma melhor e maior atração de voos civis para a infraestrutura aeroportuária das Lajes.

Este Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira, conforme todos sabem, foi um documento elaborado pelo Governo dos Açores logo no momento em que, de forma mais definitiva, se afigurou essa decisão da Força Aérea norte-americana e contempla um conjunto de medidas.

Medidas que são da responsabilidade do Governo da República, medidas que são da responsabilidade do Governo dos Açores e medidas que são da responsabilidade dos municípios da ilha Terceira.

São medidas que, numa grande variedade de setores, se afiguram como muito importantes para o relançamento da economia da ilha e é com gosto que podemos hoje afirmar que, no caso das medidas que estão a cargo do Governo dos Açores, já ultrapassam 80% as que estão executadas ou em fase de execução.

É também fruto desse trabalho e deste conjunto de medidas que têm sido concretizadas num dos setores que pode dar um contributo mais efetivo para a revitalização económica

da ilha Terceira - refiro-me, em concreto, ao caso do turismo - que temos já hoje dados que nos animam e nos incentivam a prosseguir com este trabalho.

O facto é que, nos primeiros cinco meses deste ano, em comparação com os cinco meses do ano passado, se regista já um crescimento no número de dormidas aqui na ilha de mais de 130% e, comparando o primeiro semestre de 2016 com o primeiro semestre de 2015, verifica-se também um aumento no número de passageiros desembarcados superior a 25 mil.

Hoje, aquilo que fazemos aqui é dar mais um passo. Não é seguramente a conclusão deste processo, mas é, sem sombra de dúvida, um passo necessário, desde logo, a ajuizar por outros processos semelhantes que envolveram infraestruturas militares, como o caso de Beja, que também foi precedido de um protocolo desta natureza com diversas entidades, e que, desta forma, encontra a sua plena justificação como o impulso inicial para que se possa desenvolver todo este trabalho, de forma a garantir que esta infraestrutura aérea, para além das suas funções militares, para além da sua função, também importante, de pedra basilar no relacionamento entre Portugal e os Estados Unidos, possa, de forma mais efetiva e até mais notória, constituir um fator de desenvolvimento para a ilha Terceira e para os Açores.

Nós sabemos bem a dimensão da tarefa que está à nossa frente, sabemos bem que há um conjunto de aspetos aos quais será dada continuidade no trabalho que desembocou hoje na assinatura deste protocolo: a questão da compatibilização da utilização para fins militares e para fins civis, enfim, um conjunto de aspetos nos quais releva também o Acordo de Cooperação e Defesa.

Mas hoje podemos considerar ser um dia de confiança. Um dia de confiança porque não estão ainda decorridos três meses sobre a decisão que foi tomada e estamos aqui com uma representação do Governo da República ao mais alto nível para concretizar e dar início à concretização desta medida.

Mas, se me permitem, este também é um dia de confiança pelas notícias que nos chegaram hoje de Bruxelas. Um dia de confiança na capacidade que, dentro das regras que regem a União Europeia, o nosso país teve para fazer valer os nossos interesses, fazer valer a razão e o mérito daquelas que têm sido as posições e daquele que tem sido o comportamento que o nosso país tem tido ao longo desta turbulência, digamos assim, que nos tem afetado.

Este é também um dia de confiança exatamente por isso, porque permite, ao contrário de alguns 'Cavaleiros do Apocalipse' que hoje se veem sem montada e apeados, demonstrar a capacidade de podermos ter, da parte do relacionamento que existe com a União Europeia, a defesa inequívoca, clara e com sucesso daqueles que são, não apenas os interesses presentes do nosso país, mas, sobretudo, a defesa do sentido dos sacrifícios que o Povo Português fez ao longo destes últimos anos.

Isso é também importante, isso também reforça esta confiança naquilo que tem a ver com o funcionamento das nossas instituições e com o facto de, desta forma, podermonos sentir mais integrados - porque vemos reconhecidas as nossas pretensões e os nossos interesses

- nesta União que se quer cada vez mais atenta, mais próxima e, no fundo, mais sensível à diversidade que a compõe.

Aquilo que hoje posso dizer a concluir estas palavras é fazer votos para que sejamos capazes de concluir este processo antes dos dois anos, porque será um bom sinal e será, sobretudo, um resultado bom para a ilha Terceira, o mesmo é dizer um resultado bom para a Região Autónoma dos Açores.

Relativamente ao compromisso e ao empenho do Governo dos Açores neste processo, que não reste a mínima dúvida: o nosso trajeto em relação a esta matéria e em relação a outros assuntos que constam do Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira, está definido.

Mas ajuda também este espírito de colaboração e de cooperação a concretizarmos o mais rapidamente possível esta medida e outras medidas que também o compõem, de forma a que, também aqui, possamos marcar a diferença em relação a esses tempos que vivemos, a esses tempos que exigem o melhor de cada um de nós para podermos ultrapassá-los e ultrapassar os desafios que eles trazem consigo.

Muito obrigado.